

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 520.063 - PR (2019/0195590-6)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : JEFFERSON AUGUSTO DE PAULA
ADVOGADO : JEFFERSON AUGUSTO DE PAULA - PR036702
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : LUCIANO VIEIRA LEMOS DE OLIVEIRA (PRESO)
PACIENTE : WILLIAN GUSTAVO TASCA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

EMENTA

HABEAS CORPUS. AÇÃO PENAL. SUPOSTO CRIME DE HOMICÍDIO, PERPETRADO POR POLICIAIS MILITARES EM SERVIÇO, CONTRA CIVIL. TESE DE QUE A POLÍCIA CIVIL NÃO TERIA ATRIBUIÇÃO PARA INVESTIGAR O FATO. AUSÊNCIA DE INTERESSE. VÍCIO QUE, CASO VERIFICADO, NÃO TERIA O CONDÃO DE CONTAMINAR A AÇÃO PENAL. CARÁTER MERAMENTE INFORMATIVO DO PROCEDIMENTO INQUISITIVO. CRIME COMUM. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE NO INQUÉRITO CONDUZIDO PELA POLÍCIA CIVIL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO COMUM PARA PROCESSAR O FATO. DELITO CONEXO (PREVARICAÇÃO). FATO QUE NÃO FOI OBJETO DO INQUÉRITO, SENDO INCLUÍDO NA DENÚNCIA COM BASE NOS EVENTOS QUE ANTECEDERAM A PRÁTICA DO CRIME HOMICÍDIO. MOLDURA FÁTICA QUE INDICA A PRÁTICA DE CRIME MILITAR (ART. 9º, II, E, DO CPM). IMPOSSIBILIDADE DE JULGAMENTO CONJUNTO (ART. 102 DO CPPM). CISÃO. SUPOSTA ILEGALIDADE NA FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO QUE DECRETOU A PRISÃO PREVENTIVA. PREJUDICIALIDADE. CONCESSÃO NA ORIGEM.

1. Não há interesse na discussão acerca da inexistência de atribuição da Polícia Civil para investigação do suposto crime de homicídio imputado aos pacientes (policiais militares), pois eventuais vícios verificados no curso da investigação não têm o condão de contaminar a ação penal, ante o caráter meramente informativo do procedimento inquisitivo. Precedentes desta Corte.
2. Ainda que se cogitasse de interesse na discussão, a tese defensiva não prosperaria, pois se a investigação objetivava apurar suposto crime de homicídio, perpetrado por policiais militares em serviço contra civil, não há ilegalidade na investigação conduzida pela Polícia Civil (art. 144, § 4º, da CF).
3. É competente a Justiça comum para apurar o crime de homicídio praticado por policial militar em serviço contra civil.
4. O crime de prevaricação não foi objeto da investigação conduzida no âmbito da Polícia Civil, sendo incluído, na denúncia ministerial, com lastro nos eventos que antecederam o crime de homicídio, qual seja, o fato de que os pacientes teriam deixado de praticar ato de ofício (prisão em flagrante da vítima, surpreendida em abordagem policial na posse de drogas e conduzindo veículo automotor em estado de embriaguez).

Superior Tribunal de Justiça

5. A moldura fática delineada na peça acusatória indica que o crime de prevaricação foi praticado pelos pacientes na atividade policial, sendo tal conduta crime militar, pois, além de encontrar previsão no Código Penal Militar (art. 319), foi perpetrado na circunstância estabelecida no art. 9º, II, *e*, do CPM, ou seja, contra a ordem administrativa militar, na medida em que a conduta vulnerou o próprio escopo ou finalidade da atividade policial militar.
6. É inviável o julgamento conjunto de crime militar e delito comum, nos termos do art. 102, *a*, do Código de Processo Penal Militar, sendo o caso de cindir o processo, a fim de que a conduta tipificada como crime de prevaricação seja processada no Juízo castrense, caso ratificada a denúncia.
7. Quanto ao pedido de revogação da prisão preventiva, o *habeas corpus* está prejudicado, ante a concessão de *habeas corpus* na origem.
8. *Habeas corpus* parcialmente prejudicado e, na parte conhecida, concedido em parte, a fim de declarar a incompetência do Juízo da Vara Criminal da comarca de Pato Branco/PR para processar uma das condutas imputadas aos pacientes (crime de prevaricação), determinando a remessa de cópia dos autos ao Juízo da Auditoria Militar local, a quem caberá processar o referido fato.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, julgar prejudicado em parte o pedido e, na parte conhecida, conceder parcialmente a ordem nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro e Laurita Vaz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Sustentou oralmente o Dr. Jefferson Augusto de Paula pelos pacientes, Luciano Vieira Lemos de Oliveira e Willian Gustavo Tasca.

Brasília, 03 de outubro de 2019 (data do julgamento).

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator